

Lagoinha Energia SPE III Ltda.

(Empresa em fase pré-operacional)

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas das demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Lagoinha Energia SPE III Ltda.

Russas – CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Lagoinha Energia SPE III Ltda. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lagoinha Energia SPE III Ltda. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

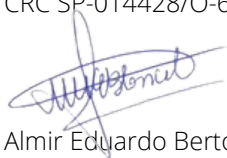
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 28 de Março de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Almir Eduardo Bertoncello
Contador CRC PR-052082/O

Lagoinha Energia SPE III LTDA

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
Ativo				Passivo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	32.120	10	Fornecedores	10	16.761	-
Despesas antecipadas		144	-	Financiamentos	11	35.155	-
Adiantamento a fornecedores		380	-	Obrigações sociais e trabalhistas		150	-
Tributos e contribuições a compensar		188	-	Obrigações fiscais		12	-
				Conta a pagar à partes relacionadas	8	1.302	-
Total do ativo circulante		32.832	10	Total do passivo circulante		53.380	-
Despesas antecipadas		192	-	Capital social		110.095	10
Imobilizado em andamento	9	116.526	-	Capital social a integralizar		(15.085)	-
Total do ativo circulante		116.718	-	Reserva de lucros		1.160	-
				Total patrimônio líquido	13	96.170	10
Total do ativo		149.550	10	Total do passivo e patrimônio líquido		149.550	10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lagoinha Energia SPE III LTDA

Demonstrações do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	14	(65)	-
Outras despesas operacionais, líquidas	14	(90)	-
		<u>(155)</u>	<u>-</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos			
Despesas financeiras	15	(14)	-
Receitas financeiras	15	1.892	-
		<u>1.878</u>	<u>-</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas			
		<u>1.878</u>	<u>-</u>
Resultado antes dos impostos			
		<u>1.723</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(563)	-
		<u>(563)</u>	<u>-</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>1.160</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lagoinha Energia SPE III LTDA

Demonstrações do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.160	-
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>1.160</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lagoinha Energia SPE III LTDA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)		10	-		-	10
Integralização de capital		-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		10	-		-	10
Integralização de capital	13	95.000	-	-	-	95.000
Capital social a integralizar	13	15.085	(15.085)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.160	1.160
Reserva de lucros		-	-	1.160	(1.160)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		110.095	(15.085)	1.160	-	96.170

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lagoinha Energia SPE III LTDA

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Lucro líquido do exercício		1.160	-
Ajustes para:			
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	563	-
		1.723	-
Variações em:			
Adiantamentos a fornecedores		(380)	-
Despesas antecipadas		(335)	-
Tributos e contribuições a compensar		(188)	-
Partes relacionadas		1.302	-
Fornecedores		4	-
Obrigações fiscais		(181)	-
Obrigações sociais e trabalhistas		150	-
Caixa proveniente das atividades operacionais		2.095	-
Impostos pagos sobre o lucro		(370)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.725	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	9	(99.770)	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(99.770)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Financiamentos obtidos	11	31.017	-
Pagamento de juros sobre financiamentos	11	(504)	-
Juros capitalizados e variações monetárias	11	4.643	-
Integralização de capital	13	95.000	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		130.155	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		32.110	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		10	10
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		32.120	10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Lagoinha Energia SPE III Ltda. (“LAG III” ou “Empresa”), com sede na Av. Rural de Russas s/n, em Russas – CE, é sociedade empresária limitada, constituída em 21 de setembro de 2022 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica de Usina Fotovoltaica (UFV), no Município de Russas - CE, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia.

A Empresa se encontra em fase pré-operacional, com finalização prevista para 2025, com a produção anual ainda não estimada.

Companhia	Potência [MW]	Leilão	Modelo Painei	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]
Lagoinha III	41,244	N/A	LR5-75HGD-580M LR5-72HGD-585M	10.480	24/08/2021	23/08/2056	-	-	11,8

Em 22 de agosto de 2023 a Atlantic Energias Renováveis S.A. firmou contrato de compra e venda de ações em que a Energybras Energias Renováveis Ltda., alienou 100% das ações da Lagoinha Holding Ltda. e suas controladas.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Empresa também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Empresa estão descritas na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Empresa em 28 de março de 2025. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade operacional e dependência econômica

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Empresa conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de financiamentos conforme os prazos divulgados na nota explicativa 11.

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa reconheceu um lucro líquido de R\$ 1.160 e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R\$ 20.548.

Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Empresa possui para o Grupo CGN Brasil, que leva em consideração aspectos tais como os contratos de venda de energia por 15 anos, a Empresa conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Empresa terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Empresa representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Empresa e outros fatores, quando aplicável.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, imposto sobre operações financeiras (IOF).

b. Impostos

(i) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 1,65% e 7,6% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2024, o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Empresa.

d. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no

tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

e. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

f. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Empresa não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os modelos de negócios são os seguintes:

Mantido para recebimento	A Empresa também detém uma carteira de títulos de dívida corporativa com o objetivo de manter um perfil de taxa de juros amplamente fixo para gerenciar sua exposição ao risco de taxa de juros.
Mantido para recebimento e venda	A Empresa mantém uma carteira de títulos de dívida corporativa para fins de gerenciamento de liquidez.
Mantido para negociação	A Empresa não possui ativos financeiros mantidos para negociação.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são SPPI

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. A Empresa não tinha ativos financeiros mantidos fora dos modelos de negócios comerciais que não passaram na avaliação do SPPI.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Empresa não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento

- **Ativos financeiros:** A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.
- **Passivos financeiros:** A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g. Mudança nas políticas contábeis materiais

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- CPC 18 (R3) em conjunto com o ICPC 09 - Propõe ajustes de redação e atualização de referências normativas com os padrões internacionais do IASB;
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02) - Definição do conceito de moeda conversível e estabelece procedimentos para o tratamento de moedas não conversíveis;
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e bancos	2	5
Aplicações financeiras (i)	32.118	5
	32.120	10

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa.

- (i) Em 31 de dezembro de 2024 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco Santander foi de 95% do CDI no exercício. Em 31 de dezembro de 2023 referem-se a título de capitalização emitido pela Santander Capitalização regulamentado pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados). O pagamento foi realizado em uma única parcela no início da operação e terá resgate de 100% no final do plano.

8 Partes relacionadas

A Empresa possui operações entre as Empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as Empresas e gestão de recursos financeiros.

	2024	2023
Passivo circulante		
Lagoinha Holding LTDA. (a)	1.302	-
	1.302	-

- (a) Os saldos de contas a pagar à partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta.

As transações entre partes relacionadas, são realizados de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazos definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros.

Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante os anos de 2024 e 2023 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE – CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI – China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

9 Imobilizado

(i) Composição do saldo

	2024		2023	
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Imobilizado em andamento	116.526	-	116.526	-
	<u>116.526</u>	<u>-</u>	<u>116.526</u>	<u>-</u>

(ii) Movimentação do custo

	Movimentação em 2024				
	Saldo em 2023	Adições (*)	Baixas	Transferências	Saldo em 2024
Imobilizado em andamento	-	116.526	-	-	116.526
	<u>-</u>	<u>116.526</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>116.526</u>

(*) Das aquisições realizadas no exercício, o montante de R\$ 16.757 (R\$ 0 em 2023) encontra-se a pagar e por tal motivo não impactaram os fluxos de caixa da Empresa

10 Fornecedores

Os saldos de fornecedores se referem a compra de máquinas e serviços para a formação do imobilizado da Empresa.

	2024	2023
Fornecedores nacionais	100	-
Fornecedores estrangeiros	<u>16.661</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>16.761</u>	<u>-</u>

11 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2024	2023
ICBC (a)	3,90%	13/12/2025	35.155	-
			35.155	-
Passivo circulante			35.155	-
Passivo não circulante			-	-

- (a) Em 18 de abril de 2024 foi assinado o Contrato Global para Financiamento de Importações entre a Empresa (emitente) e o ICBC (credor) no valor de RMB 42.000, com vencimento final para dezembro de 2025.

A Empresa mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2025	35.155
Total	35.155

11.1 Movimentação

	2024	2023
Saldo inicial	-	-
Captação	31.017	-
Pagamento de juros	(504)	-
Juros capitalizados e variações monetárias	4.643	-
Saldo final	35.155	-

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

11.2 Covenants

A Empresa não contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições e/ ou cláusulas restritivas financeiras (“covenants”) em 2024 e 2023.

12 Provisões

(i) Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 110.095 (R\$ 10 em 2023), dividido em 110.095 (10.000 em 2023) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	2024	2023
Lagoinha Holding Ltda.	110.095	10

Em 05 de fevereiro de 2024 e 04 de dezembro de 2024, através da 3ª e 6ª Alteração do Contrato Social, foi aprovado aumento do capital social da Empresa no valor de R\$ 110.085, na proporção das respectivas participações acionárias vigentes naquela data.

Aumento de capital social	2024	2023
Integralização e aporte de capital	95.000	-

Controladora e controlador final

As ações da entidade são 100% da Lagoinha Holding Ltda. controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil").

b. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

14 Gastos por natureza

	2024	2023
Despesas gerais e administrativas	(65)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(90)	-
	<u>(155)</u>	<u>-</u>
Serviços de terceiros	(45)	-
Outras despesas administrativas	(20)	-
Outros	(90)	-
	<u>(155)</u>	<u>-</u>

15 Resultado financeiro

	2024	2023
Despesas bancárias	(2)	-
IOF	(12)	-
Total das despesas financeiras	(14)	-
Receitas de aplicações financeiras	1.892	-
Total das receitas financeiras	1.892	-
Resultado financeiro líquido	1.878	-

16 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro real

	2024	2023
Resultado antes do IRPJ e CSLL (*)	1.723	-
(+) Adições	4	-
(-) Exclusões	-	-
Compensação de prejuízo fiscal anos anteriores limitado a 30%	-	-
Base de cálculo IRPJ e CSLL	1.727	-
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	414	-
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	149	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	563	-
<i>Taxa efetiva</i>	32,61%	-

17 Instrumentos financeiros

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Empresa.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há

favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.

	2024		2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	Custo amortizado (*)	Nível 2	Custo amortizado (*)	Nível 2
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	2	-	5	-
Aplicações financeiras	-	32.118	-	5
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores (nota 10)	16.761	-	-	-
Financiamentos (nota 11)	35.155	-	-	-
Partes relacionadas (nota 8)	1.302	-	-	-

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

- **Caixa e bancos:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.
- **Aplicações financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Empresa não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

18 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Empresa. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Empresa e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Empresa.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque solar.

A Empresa monitora a conclusão da construção dos parques e as licenças necessárias para início da operação e consequente atendimento do contrato de entrega de energia.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente dos instrumentos financeiros ativos da Empresa.

Para mitigar o risco de crédito, a Empresa realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Empresa:

	Valor contábil	
	2024	2023
Aplicações financeiras	32.118	-

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Empresa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Empresa:

	Valor contábil	
	2024	2023
Financiamentos	35.155	-
Fornecedores	16.761	-

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Empresa, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração da Empresa não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Empresa remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2024	2023
Ativo		
Aplicações financeiras	32.118	-

A Empresa efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Empresa advindos da variação do CDI, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Em 31 de dezembro de 2024

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	32.118	Redução do CDI (*)	2.927	1.951

(*) Os índices de CDI considerados foram de 12,15% a.a.

* * *

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Fengshou Wang
Diretor

Raffael Ubarana Mohamed
Contador CRC RJ – 077398/O